

Máquina mortífera

SEGURANÇA A letalidade policial volta a crescer e representa 12,8% das mortes violentas registradas no País em 2020

POR RENÉ RUSCHEL

O Brasil bateu novo recorde de letalidade policial. Em 2020, as intervenções policiais causaram a morte de 6.416 civis, o equivalente a 12,8% do total de mortes violentas registradas no País, revela a última edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgado em julho. Nessa estatística está incluído Rogério Ferreira da Silva Júnior, que na segunda-feira 9 completaria 20 anos de idade. Em vez de festa, a comunidade do Parque Bristol, na Zona Sul da capital paulista, vai se reunir para lembrar sua morte ocorrida exatamente há um ano, no dia de seu aniversário. “Não será um protesto. Quero apenas reunir os amigos para homenageá-lo”, diz sua mãe, a manicure Roseana da Silva Ribeiro.

Na tarde do fatídico dia, um jovem emprestou a Rogério uma moto mais posante que a sua para um passeio. Na Avenida dos Pedrosos foi parado para uma abordagem. Câmeras de segurança mostram o momento em que dois policiais se dirigem até ele, no meio-fio. Em seguida, ele é atingido por um tiro e tomba com a moto. Desarmada, a vítima agonizou na calçada. Desde então, o processo arrasta-se pelos tribunais. Em maio, aconteceu a primeira audiência para ouvir as partes, mas apenas Roseana e suas

testemunhas puderam falar. O juiz alegou “cansaço” e transferiu para dezembro a oitiva dos PMs envolvidos no homicídio. “Tudo é muito lento. Só posso esperar em Deus”, desabafa a mãe traumatizada. “Quando vejo um policial ou uma viatura, meu coração dispara de medo.”

Mas, afinal, por que as polícias brasileiras são tão violentas? Por que possuem o gatilho tão leve mesmo diante de suspeitos desarmados, em plena tarde de domingo? Segundo especialistas, em parte o problema deve-se à leniência dos comandantes com os desvios praticados por subordinados. Mas nem todos os desvios, claro. Há situações não toleradas pelas corporações policiais, como a transgressão disciplinar cometida por Martel Alexandre Del Colle, aspirante a oficial da Polícia Militar do Paraná, compulsoriamente aposentado aos 29 anos. No processo administrativo, ele foi

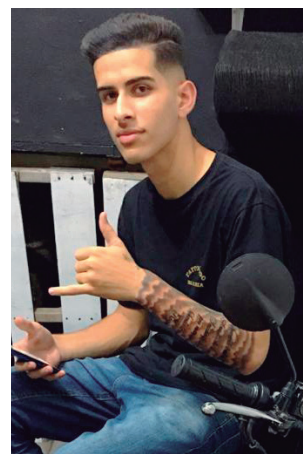
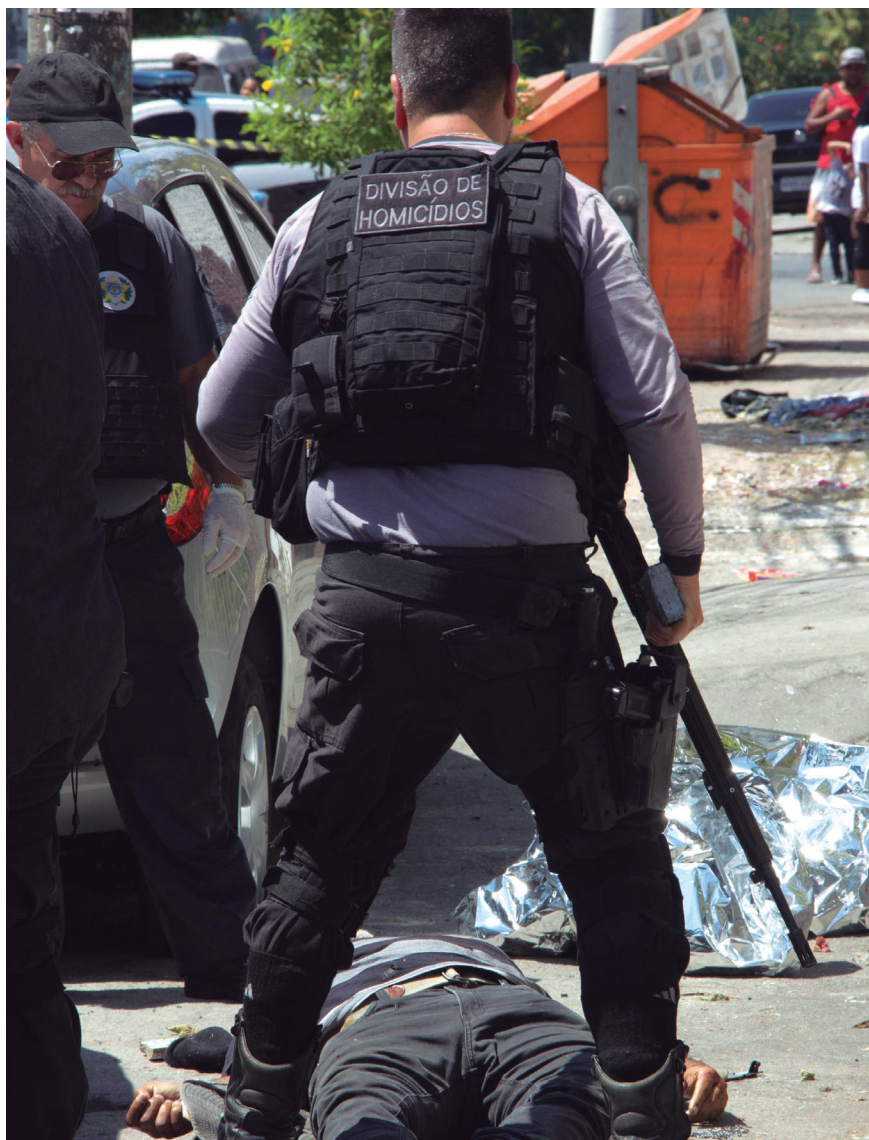
“A cultura do ‘capitão-do-mato’ ainda está presente”, lamenta o ex-ouvidor Benedito Mariano

acusado de “trazer a conhecimento público imputações graves contra a instituição Polícia Militar do Paraná, bem como em favor de autoridades civis constituídas”. Por imputações a “autoridades civis constituídas”, leiam-se comentários críticos a Jair Bolsonaro, ao ex-juiz federal Sergio Moro e ao chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol.

Desde o Império, as polícias são treinadas para controlar a população, e não para protegê-la, afirma Del Colle. “O método de ensino nas escolas militares consiste em doutrinação e adestramento. O cadete assimila uma ideia pronta e a repete. Apenas cumpre ordens, determinação. Não é permitido questionar.” A violência policial, diz ele, surge das entranhas de suas próprias estruturas. Os alunos são formados para a guerra, para o confronto. “Quando um militar superior se dirige ao subalterno, não é permitido sequer gesticular. Fica obrigado a permanecer em posição de sentido”, afirma. “Nas abordagens de rua, os policiais apenas reproduzem o que aprenderam nos quartéis. Tratam o cidadão comum da mesma forma como foram tratados.”

Ex-ouvidor das Polícias de São Paulo e atual secretário de Segurança Cidadã de Diadema, Benedito Mariano atribui a violência policial a um longo processo histórico que sempre cultuou a repressão. “Os mais de 350 anos de escravidão moldaram um sistema que carrega um preconceito histórico contra pobres e negros. A cultura do ‘capitão-do-mato’ ainda está presente, em especial nas Polícias Militares”, lamenta. Os índices de letalidade crescem porque a política de segurança pública vigente visa o confronto, a busca pelo flagrante delito. “Mas essa letalidade não é aleatória, ela atinge sistematicamente os jovens pobres e negros das periferias.”

Na avaliação do sociólogo, o modelo de segurança pública brasileiro é



Execução. Rogério Silva é uma das 6.416 vítimas das polícias em 2020. Não estava armado ao ser abordado

ARQUIVO PESSOAL E BETINHO CASAS NOVAS/AGIF/AFP

anacrônico, autoritário e a transição democrática não priorizou a construção de outro modelo. Desde o período imperial, as polícias são militarizadas e a estrutura manteve-se após a proclamação da República. “No currículo de formação dos PMs, é fundamental incluir a discussão sobre o racismo estrutural”, avalia Mariano. “Construir uma estrutura democrática e cidadã passa, necessariamente, por uma polícia antirracista.”

O advogado Ariel de Castro Alves, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e integrante do Movimento Na-

cional de Direitos Humanos, confirma que as polícias brasileiras estão entre as mais violentas do planeta. As estatísticas mostram que 47,5% das vítimas por morte violenta intencional no Brasil têm entre 18 e 29 anos, sendo 75% delas negras. No caso de morte “por intervenção policial” esse índice cresce para 78,9%. “A questão, neste caso, não é despreparo. As polícias foram, sim, preparadas, mas para cometer abusos, torturas e mortes.”

Os treinamentos policiais por vezes usam fotos e desenhos de comunidades periféricas ou de jovens negros como

alvos em estandes de tiros, observa Alves. O especialista defende reformulação total dos métodos. Na avaliação do advogado, os policiais deveriam frequentar universidades e ser orientados por acadêmicos com formação em Direitos Humanos. Os atuais instrutores, prossegue Alves, por vezes são agentes que cometeram atrocidades no período da ditadura ou abusos e torturas nas próprias corporações. Ele também critica a omissão do Ministério Público no controle das atividades policiais e defende que os casos envolvendo civis jamais sejam encaminhados a tribunais militares.

A violência policial no Brasil assemelha-se àquilo que a filósofa alemã Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”. Alves lembra que a convivência com o medo faz com que parcelas dos moradores em comunidades pobres ainda defendam ações truculentas. “Mas a defesa só dura até algum familiar se tornar vítima”, alerta. Sem ter a quem recorrer, as populações periféricas acabam encurraladas entre criminosos comuns e maus policiais. “Polícia eficiente não é a que abusa, tortura e mata, mas aquela que, sem violência, oferece proteção, segurança e paz.” •